



Gênero e identidade: pressupostos sociobiológicos e pós-modernidade

Patrícia Rocha Carvalho¹

Resumo:

Nas décadas de 1960 e 1970 a Sociobiologia caracterizou identidade de gênero a partir do binarismo entre os sexos. O presente artigo analisa o debate teórico em relação aos padrões de gênero e identidade sociobiológicos, especificamente, o derivado de estudos culturais e feministas. Como resultado, considerou-se que concepções sociobiológicas culminam por essencializar identidades, avaliando-as de modo determinista, desconsiderando-as em sua multiplicidade, do mesmo modo, que natural e cultural, biológico e social, não devem ser percebidos como campos opostos ou em separado.

Palavras-Chave: Identidade de Gênero; Sociobiologia; Cultura.

Abstract:

In the 1960s and 1970s, the Sociobiology characterized gender identity from the binarism sexes. This article analyzes the theoretical trend in relation to gender identity sociobiological standards, specifically, the discussion derived from the cultural and feminist studies. As a result, it was considered that sociobiological conceptions culminate by essentializing identities, evaluating them in a deterministic way, disregarding them in its multiplicity, in the same way that natural and cultural, biological and social, should not be perceived as opposing camps or separately.

Keywords: Gender Identity; Sociobiology, Culture.

Introdução

O sexo biológico em diferentes momentos históricos foi determinante para a instituição de padrões comportamentais específicos para mulheres e homens, definindo as identidades de modo estanque e esquemático sob um viés naturalizador, o que contribui para a formação de processos discriminatórios. Exemplos podem ser identificados nas distinções quanto às brincadeiras direcionadas às meninas e meninos, diferenciações na divisão de tarefas domésticas, determinação de profissões, entre outros aspectos do cotidiano caracterizados como masculinos ou femininos, mas que desencadeiam posturas

¹ Graduada em História pela Universidade de Santo Amaro – UNISA, São Paulo. Membro do Grupo de Pesquisa Ciência, Saúde, Gênero e Sentimento – CISGES/UNISA/CNPq com orientação do Prof. Dr. Paulo Fernando de Souza Campos.



heteronormativas, que se relacionam com o processo de identificação e compatibilidade entre sexo biológico e padrões de gênero socialmente estabelecidos.

A questão perpassa o senso comum, que admite adesão cega a distinções naturalizadas do social na experiência cotidiana e acaba por suscitar o debate acadêmico, o qual propõe explicações científicas para o tema. Para os estudos culturais, a identidade refere-se à qualidade daquilo que é idêntico, adquirindo o caráter de norma, padrão, ao passo que a alteridade corresponde ao diferente, ao outro. Os dois conceitos, tradicionalmente entendidos em opostos, expressam a lógica do *eu* e o *não eu*, implicando na construção de significados e relações hierarquizadas de poder. Contudo, estudos pós-estruturalistas demonstram a interdependência dos dois conceitos (SCOTT, 1992; HALL, 2006).

A história cultural, amplamente utilizada nos estudos de gênero, parte suas considerações das lacunas existentes na constituição de processos históricos em torno das mudanças, rupturas, transformações e permanências. Além de tratar das descentralidades e mobilidades da história, a perspectiva se volta aos estudos linguísticos, que evidenciam a construção de identidades e diferenças marcadas por influências discursivas, pela formulação de significados e representações dentro do sistema linguístico dotados de uma função sociocultural (PINSK, 2009).

Diante de tal quadro, pesquisadores dividiram-se na busca de uma explicação para diferentes comportamentos exercidos por homens e mulheres, ou seja, seriam tais diferenças decorrentes de fatores biológicos, portanto, inatos? Ou seriam tais fatores resultados de um processo sociocultural? A Sociobiologia, fundada entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1970 nos Estados Unidos, ofereceu pressupostos teóricos e acentuaram a discussão. A disciplina fundada por Edward Osborne Wilson descende da Etologia e fundamenta seus pressupostos em concepções neodarwinistas associadas à ecologia e genética, explicando o comportamento social via mecanismo de seleção natural, admitindo diferenças entre os sexos como resultado de um processo natural, biologicamente estabelecido (WALLACE, 1985).

As ciências humanas e sociais e as teorias que atestam a constituição de modelos de identidade de gênero como reflexo de um esforço social, cultural, histórico que disciplina os comportamentos por meio da educação, institucional ou não, acusaram os sociobiólogos de sexistas e suas explicações como responsáveis por promover a genetização das culturas humanas. Esta perspectiva desencadeou, por conseguinte, um novo determinismo biológico que se caracteriza por postular que constantes da natureza definem aspectos sociais, estabelecendo uma relação



direta ente a biologia e certos elementos da personalidade e comportamento (NICHOLSON, 2000).

O debate feminista ganha maior notoriedade nos anos 1970 em plena tessitura do paradigma pós-estruturalista como tentativa de desenvolver uma história das mulheres. Em essência, buscava vestígios da participação feminina na história tradicionalmente masculinizada para demonstrar que comportamentos de gênero não estavam presos a um padrão único e universal, tampouco, biologicamente instituído como natural, que a dominação masculina, ainda que preponderante, não traduzia a realidade. A abordagem é marcada, inclusive, pelo marxismo, que enfatiza a questão mulher/trabalho *versus* mulher/vida privada como campos dicotômicos de suas experiências e existências. Entretanto, a história das mulheres em sua ânsia por inserir o feminino na narrativa histórica, promoveu a categoria mulher como fixa e homogênea, o que inibiu a percepção da multiplicidade e diversidade do feminino, visto não como unidade suspensa, mas que conjuga elementos como raça-etnia, classe, sexualidade (SCOTT, 1995).

A necessidade de historicizar a construção das identidades e pensar sua pluralidade para além de uma categoria essencialista, que favorecia à manutenção de posições binárias entre homens e mulheres, os debates levaram os estudos pós-estruturalistas a demonstrarem que feminino e masculino não devem ser pensados em oposições, mas como complementares, dado que um só pode ser definido em relação ao outro, origem da constituição do campo de estudos caracterizado como relações de gênero (SCOTT, 1999).

A abordagem pós-estruturalista percebe as identidades como fruto de discursos, cuja tradução e linguagem engendrariam a produção das identificações e diferenciações em um processo contínuo e permanente. A percepção de si e dos outros não seria dada por conceitos estabelecidos por determinações biológicas, mas culturais, emocionais e historicamente estabelecidas, portanto, passíveis de mudanças, permanências e rupturas. Ademais, emana daí a percepção do fato de tais discursos não surgirem displicentemente, mas inter-relacionados e dotados de intencionalidades de cunho político e social. Dessa forma, a Sociobiologia, enquanto um conhecimento que se pretende verdadeiro, científico, se enquadra no campo de produtores de discursos que influenciam a constituição da identidade de gênero aceita como normal.

Um dos impasses amplamente discutido, mas ainda não superado pela epistemologia feminista, refere-se à questão de impor ou não na luta pela igualdade indiferença às diferenças. Ou seja, a compreensão da distinção biológica entre os sexos referendados pela Sociobiologia seria válida por não ser caracterizada pelo



sexismo? Essa concepção poderia contribuir para que o movimento feminista, em sua luta por equiparação política e civil, não negligenciasse diferenças fisiológicas entre mulheres e homens evitando um discurso de *masculinização feminina* no processo de aquisição de igualdade? Ou a Sociobiologia respaldaria cientificamente a manutenção do *status quo*?

O artigo avalia a influência do discurso da Sociobiologia na formação da identidade de gênero, sua ação sobre as representações no que se refere às definições ideológicas do que é ser homem e mulher, deste modo, de como discursos disciplinadores contribuem para disseminação de modelos de identidade de gênero pré-determinados, estereotipando comportamentos no processo de construção das identidades.

Para tanto, utilizou-se como método o estudo bibliográfico-exploratório, caracterizado pela revisão de publicações sobre o tema em livros, artigos de periódicos ou comunicações de congressos, teses e materiais disponibilizados na *Internet*, a fim de propiciar maior conhecimento do problema de estudo. A pesquisa, ora apresentada, se vale prioritariamente de artigos e livros concernentes à Sociobiologia e estudos de gênero e a análise utilizou como fonte referências da Sociobiologia como os livros *O Fator Genético* (1985) de Robert Ardell Wallace e *Da Natureza Humana* (1981) de Edward Osborne Wilson.

Sociobiologia: discurso científico e questões de gênero

Durante as décadas de 1960 e 1970 movimentos que pautaram a questão da participação feminina nos espaços públicos e privados desencadearam discussões acerca dos modelos identitários de gênero produzidos no campo intradisciplinar da História Cultural. No mesmo contexto emergem discursos provenientes da Sociobiologia, disciplina científica que se configura como uma ramificação da Biologia, calcados em concepções neodarwinistas associadas à Ecologia e Genética.

O campo tem sua gênese com a publicação de *Sociobiologia: a nova síntese* de Edward Osborne Wilson (1975), obra que tratava o comportamento de insetos. Contudo, uma pequena parte do livro foi dedicada ao comportamento humano e sob uma perspectiva evolucionista. De acordo com seu precursor, a Sociobiologia poderia ser definida como o estudo sistemático das bases biológicas do comportamento social (RUSE, 1983; WALLACE, 1985). A proposta da nova síntese buscava integrar biológico e social e rendeu um intenso debate acadêmico, pois refletia uma herança acadêmica, que precede a publicação de Wilson, mas iniciada



por volta de 1930 com o trabalho de ambientalistas. Em seu desenvolvimento, observa-se uma tentativa de se definir o conceito de instinto.

Pouco antes da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) o austríaco Konrad Lorenz (1903-1989) desenvolveu uma teoria do instinto altamente estruturada, modificada pelo holandês Niko Tinbergen (1907-1988). Ambos argumentavam que grande parte do comportamento animal e humano é inato, ou seja, que indivíduos nascem com tendências por vezes não alteráveis. Nos primeiros anos da década de 1950, a discussão estava centrada entre americanos e europeus. Biologistas, psicólogos e cientistas sociais, teóricos do instinto e teóricos da aprendizagem, avaliavam o tema. Os europeus intitulavam-se etologistas e herdeiros das postulações do naturalista Konrad Lorenz. A Etologia, caracterizada por estudar o comportamento dos animais em seu meio natural, à luz das ideias da Teoria da Evolução, exerceu importante influência sobre a Sociobiologia (WALLACE, 1985).

Os pesquisadores tinham como principal problema responder quanto do nosso comportamento é decorrente dos instintos ou da genética e quanto é decorrente da aprendizagem. A Etologia tendeu sempre a valorizar a perspectiva biológica. Os conflitos acadêmicos ganharam evidência quando a proposta etológica começou a abarcar também mamíferos, incluindo os humanos. A discussão natureza-educação como foi chamada passou por um período de abandono, dada à fluidez de argumentos em ambos os campos de discussão. Tal lacuna é preenchida com a publicação da obra de Edward Osborne Wilson, que concatena o legado acadêmico organizando uma nova disciplina. O advento da Sociobiologia ocorre, portanto, em 1970, em plena tessitura do paradigma feminista (WALLACE, 1985).

A disciplina sociobiológica foi alvo de intensas críticas, que culminaram por colocá-la em evidência e ganha adeptos como Richard D. Alexander. Robert L. Trivers, Willian D. Hamilton e Richard Dawkins, nomes importantes para o desenvolvimento da ciência em formação nos Estados Unidos. Apesar de sua matriz teórica ser oriunda da Europa, é nos EUA que a Sociobiologia se difunde. Todavia, a predominância de estadunidenses nesta disciplina decorre de uma tradição acadêmica:

No Brasil, a ausência de pesquisa nesta área não se deve apenas aos problemas de ordem social ou política com que se defrontam os cientistas brasileiros. Há uma questão de tradição acadêmica que, tanto aqui como nos países europeus, mantém afastados os domínios das ciências sociais e biológicas. Nos Estados Unidos existe o intercâmbio entre biólogos, de um lado, e sociólogos e antropólogos, de outro; o que deve ter contribuído para o surgimento e desenvolvimento da sociobiologia, inicialmente, de forma tão localizada na academia norte-americana [...] (SILVA, 1993, pp. 08-09).



A ascensão da Sociobiologia em 1970 se dá em meio a um contexto de reconfigurações socioculturais decorrentes dos processos históricos impulsionados pela geração pós-guerra. Eric Hobsbawm (1995), ao realizar um panorama sobre o século XX, salienta que a década de 1970 é marcada por uma revolução cultural que se inicia no âmbito da família e da casa por meio da reestruturação das relações entre os sexos e as gerações, alterando padrões estabelecidos nos países ocidentais, mesmo que em níveis diferentes em cada um destes.

Conforme o autor, neste momento há um forte questionamento de convenções sociais, de modo que estruturas como família nuclear, igreja e patriarcado passam a ser confrontados de modo mais enfático. Os promotores desta revolução na cultura são prioritariamente jovens de classe média, categoria que neste período inicia seu processo de constituição identitária. Analisando sociedades ocidentais, sobretudo, americana, o autor considera que a juventude, que emerge enquanto grupo e propõe novos valores, questionando gerações precedentes, ao conceber um novo modo de vida, que se expressa por intermédio de elementos como a música como *rock 'n roll*, roupas como *blue jeans* e ocupação dos espaços públicos via cinemas, praças e ruas propiciava a eclosão de uma nova cultura transgressora, marcada pela liberação pessoal e social (HOBSBAWM, 1995).

Dentre as alterações socioculturais deste período, destaca-se uma maior autonomia da mulher, decorrente de sua inserção no mercado de trabalho, utilização de pílulas anticoncepcionais, que permitem planejamento familiar, criação de leis como as do divórcio e surgimento de tecnologias domésticas, as quais permitiam maior tempo livre (HOBSBAWM, 1995). Estes fatores, que sofrem influência do movimento feminista ascendente nos anos 1970, culminam com redução do número de casamentos formais, aumento do número de divórcios, diminuição do desejo feminino pela maternidade, por conseguinte, retração da família nuclear ocidental clássica:

A crise da família estava relacionada com mudanças bastante dramáticas nos padrões públicos que governavam a conduta sexual, a parceria e a procriação. Eram tanto oficiais quanto não oficiais, e a grandes mudanças em ambas está datada, coincidindo com as décadas de 1960 e 1970. Oficialmente, essa foi uma era de extraordinária liberalização tanto para heterossexuais (isto é, sobretudo para as mulheres, que gozavam de muito menos liberdade que os homens) quanto para os homossexuais, além de outras formas de dissidência cultural-sexual (HOBSBAWM, 1995, p. 316).

Destaca-se, portanto, que este momento histórico se caracteriza por uma maior liberdade feminina e maior visibilidade homossexual, o que revela um clima de relaxamento sexual e de questionamento das normatizações referentes à



identidade de gênero. Cabe ressaltar que Hobsbawm, ao explicar o tema das reconfigurações culturais de sociedades ocidentais, o faz partindo do epicentro estadunidense, de onde provém a Sociobiologia, que apresenta uma proposta de contenção dos novos quadros socioculturais, representando ideais conservadores e manutenção do *status quo* em sentido inverso aos ideais transgressores que historicamente se instauravam.

O fundador da disciplina, Edward Osborne Wilson, associado à Universidade de Harvard e à Universidade do Alabama, é comumente caracterizado como conservador em decorrência das ideias que difundiu a partir da Sociobiologia. Sua trajetória acadêmica nos estudos sobre ecologia e evolução lhe permitiu obter expressiva notoriedade no meio científico, adquirindo várias honrarias, apesar das controversas decorrentes de seus trabalhos e das inúmeras críticas sofridas. A Sociobiologia afirma que o comportamento é resultado de uma pressão evolucionária e influencia a composição genética dos indivíduos, por conseguinte, sua relação com o meio. Segundo tais premissas, verifica-se um campo do saber que almeja propor explicações biológicas para fenômenos de cunho social, ampliando a margem de atuação de seus discursos. Dentre as explicações para a ênfase nas determinações biológicas, destaca-se a questão da sexualidade e dos comportamentos - masculinos e femininos - percebidos de forma binária, uma vez que são atribuídas características específicas para mulheres, como delicadeza, paciência, fragilidade e para homens, vale dizer, força, racionalidade, rispidez (WILSON, 1981). Neste sentido, os elementos concernentes à identidade de gênero e à sexualidade serão estudados por essa ciência sob um viés naturalizante.

Pressupostos teóricos da Sociobiologia

A Sociobiologia tem sua matriz teórica embasada em conceitos provenientes da Teoria Evolucionista de Charles Darwin (1809-1882) e da Genética Mendeliana, ambas desenvolvidas no século XIX e associadas à Ecologia. Nesta perspectiva, a disciplina afirma que o comportamento animal, humano inclusive, é decorrente do movimento de seleção natural, que define quais organismos ou genes têm possibilidades de se adaptar ao meio ambiente ecológico.

Conforme o pensamento difundido pelos sociobiólogos todo comportamento social é resultado de um processo evolucionário sendo, portanto, regulado por bases biológicas. De acordo com a teoria proposta por Charles Darwin, os organismos que melhor se adaptam ao meio têm maiores chances de sobrevivência, conseqüentemente, de reprodução. Para o pensamento darwinista são



imprescindíveis 1) *O conceito de variação*, no qual se considera o fato de que existe uma variabilidade de características mesmo entre indivíduos pertencentes a uma mesma espécie. Tal fator contribui para que se desencadeie o processo de seleção natural. 2) *O conceito de herança*, que se refere a forma como são transmitidas as características dos indivíduos. Para os estudiosos, a teoria darwinista não foi capaz de explicar de forma satisfatória este processo. De acordo com o referencial utilizado, a lacuna fora preenchida apenas após a aceitação das ideias de Gregor Mendel (1822-1884) acerca do processo de transmissão de caracteres. No processo de transmissão genética podem ocorrer mutações, fenômenos que podem alterar quimicamente os genes desencadeando a mudança na informação de determinada característica. As mutações ocorrem ao acaso e os indivíduos que as apresentam são submetidos a um processo de seleção natural. 3) *O conceito de seleção*, que se relaciona ao processo desencadeado pela competição de recursos e adaptação ao meio, o que seria determinante para o processo de evolução. 4) *O conceito de adaptação*, que se relaciona à característica que favorece a sobrevivência dos indivíduos no meio (RUSE, 1983).

A Sociobiologia se apropria do arcabouço teórico descrito para compor suas formulações e, a partir disso, explicar como o comportamento social humano se vale das concepções de cunho biológico. Sob esta ótica, a disciplina postula que o genótipo, composição genética dos indivíduos, exerce importante influência sobre o comportamento das pessoas. Nesse sentido, considera os comportamentos como fenótipos, que expressam as características aparentes e resultantes da interação entre o genótipo e o meio:

(...) Quanto do comportamento humano é devido ao instinto (genética) e quanto à aprendizagem? Suspeitavam que o instinto era muito mais importante do que qualquer um havia imaginado anteriormente. Em seu modelo postulavam que havia centros neurais, provavelmente no cérebro, que, quando abertos pela percepção do estímulo ambiental adequado, faziam os músculos se moverem de certa maneira, produzindo assim a resposta comportamental adequada àquele estímulo (...) (WALLACE, 1985, pp. 17-18).

De acordo com Wilson, fundador da disciplina, mudanças genéticas podem causar mudanças comportamentais desencadeando alterações nos quadros sociais. Mesmo admitindo a influência do ambiente, a disciplina privilegia o papel dos genes sobre a constituição do caráter dos indivíduos (SILVA, 1993). Deste modo, a Sociobiologia enfatiza o papel dos genes na construção das identidades, relegando a um segundo plano a influência dos aspectos socioculturais. Diante do destaque dado aos genes, a Sociobiologia considera ainda a transmissão genética como algo



imprescindível, lançando o conceito de *imperativo reprodutivo* que se refere à preservação das características dos indivíduos. Conforme a proposta sociobiológica, a reprodução seria não uma opção, mas um dever para a manutenção da vida e para que o indivíduo dissemine seus genes a fim de que o mesmo, reduzido ao seu genótipo, possa se manter na natureza. Esta permanência no ambiente representaria o sucesso do indivíduo na competição no processo evolutivo:

(...) O Imperativo Reprodutivo, como nós o consideramos, é: Reproduzir-se e deixar tantos filhos quanto forem possíveis. Veremos que as coisas vivas mais bem sucedidas são muito simplesmente, os melhores reprodutores. Outra maneira de dizer o mesmo é que indivíduos mais bem sucedidos são aqueles com maior sucesso reprodutivo (WALLACE, 1985, p. 33).

A partir de tal premissa os conceitos de altruísmo, egoísmo, agressão ou malevolência tornam-se extremamente recorrentes na literatura sociobiológica. O conceito de comportamento altruísta, que ocorre quando um indivíduo aumenta a capacidade reprodutiva de outrem em detrimento da própria, pode ser justificado pela seleção de parentes, manipulação parental e altruísmo recíproco. O primeiro se expressa por intermédio do interesse em que indivíduos que compartilham dos mesmos genes ou da mesma família que tenham sucesso reprodutivo. O segundo, por sua vez, ocorre quando um indivíduo é forçado a ajudar outro em benefício de um terceiro. O último, o altruísmo recíproco, refere-se a uma ajuda mútua. Por outro lado, o conceito de comportamento egoísta ocorre quando o indivíduo aumenta sua capacidade reprodutiva em detrimento de outrem e expressa o interesse em alcançar o êxito reprodutivo. O conceito de agressão ou malevolência se dá quando o indivíduo nada ganha ou reduz sua aptidão reprodutiva para diminuir a de outrem (WALLACE, 1985). Dessa forma, estas três formas de conduta expressam as possíveis formas de relações entre os sujeitos no processo de seleção natural, enquanto um movimento constante.

Essas formulações permitem explicações e interpretações dos papéis sociais de gênero, violência, sexualidade, entre outros, enfatizando um paradigma naturalizante: “[...] Assim, genes dirigem o desenvolvimento de tecidos, tanto de osso quanto de nervo (inclusive o cérebro), e, em certa medida, pode-se, portanto, esperar que influenciem tanto características físicas quanto comportamento [...]” (WALLACE, 1985, p. 39). Atribui-se um expressivo destaque às bases biológicas, o que dá margem para o surgimento de percepções enviesadas.

Contrapondo-se a este tipo de perspectiva, Anne Fausto-Sterling, professora de Biologia e *Women's Studies* da Universidade de Brown, EUA, busca promover paralelos entre a biologia e a cultura a fim de tratar da construção da identidade de



gênero. A autora destaca o estudo de John Money (1921–2006), realizado em 1950 na Universidade Johns Hopkins, segundo o qual a identidade de gênero é influenciada pelo desenvolvimento de diferentes sexos (sexo cromossômico, sexo cerebral, sexo hormonal, dentre outros) que corresponderiam a camadas, por assim dizer, no processo de desenvolvimento dos sujeitos. No entanto, de acordo com Fausto-Sterling, nem sempre todas estas camadas desenvolvem-se e, deste modo, o sexo biológico pode ser definido como feminino, masculino, ambos ou nenhum (FAUSTO-STERLING, 2012). Destaca-se, portanto, a impossibilidade de se definir o gênero a partir de simplificações através dos marcadores do sexo biológico uma vez que estes são multidimensionais:

(...) O sexo de um corpo é simplesmente complexo demais. Não existe o isso ou aquilo. Antes, existem nuances de diferença, [...] rotular alguém homem ou mulher é uma decisão social. Podemos utilizar o conhecimento científico para nos ajudar a tomar a decisão, mas só nossas crenças sobre o gênero - e não a ciência - podem definir nosso sexo (...) (FAUSTO-STERLING, 2001, p. 15).

Apesar de propor uma união entre o biológico e o social nas explicações sobre os comportamentos dos humanos, os discursos que emergem da Sociobiologia tendem a supervalorizar os aspectos naturais, promovendo explicações reducionistas e retomando determinismos e relegando a um segundo plano conjunturas sociais, culturais e históricas na formulação de suas análises.

Gênero e sexualidade para a Sociobiologia

Conforme preconiza o pensamento sociobiológico, comportamentos sociais são guiados pela herança genética das pessoas e decorrentes de pressões evolutivas. Estas concepções são utilizadas para analisar os papéis sociais femininos e masculinos na medida em que a Sociobiologia atesta um padrão dúplice de comportamentos esperados para cada um dos sexos, definindo rigidamente os papéis sociais e de gênero ao atribuir características específicas a ambos, bem como determinando suas ações, pensamentos e sentimentos:

O que vou dizer aqui é que o padrão dúplice de comportamento não é um engenho masculino para manter mulheres reprimidas. Foi um importante fator em nossa evolução. É uma parte crítica do Imperativo Reprodutivo. Admitirei, porém, que o padrão dúplice é resultado de uma contínua batalha evolucionária entre os sexos (...) (WALLACE, 1985, p.88).

Segundo tais pressupostos, a disciplina sociobiológica sugere que, homens e mulheres adaptaram seus comportamentos em um processo evolutivo para melhor atender às necessidades impostas pelo imperativo reprodutivo, que desencadearia



padrões sociais diferentes para cada um dos sexos, distinguindo-os por um padrão fixo, biológico. Afirma-se, por exemplo, que a liberdade sexual masculina é mais socialmente aceitável e permitiria ao homem cumprir o imperativo reprodutivo, inseminando o maior número possível de mulheres, sendo que o essencial seria o sucesso reprodutivo e a consequente preservação genética:

(...) Por que a promiscuidade tem sido mais aceitável para homens do que para mulheres? Algumas razões são óbvias. Se um macho espalha seu esperma amplamente entre mulheres, permanecendo enquanto isso sem companheira ou cuidando principalmente de sua família primária, há a possibilidade de algumas mulheres que ele impregnou serem capazes de criar seu filho, sozinhas ou com a ajuda de um macho enganado [...]. Este tem sido um esquema reprodutivo muito bem sucedido para o macho (...) (WALLACE, 1985, p.88).

Outro exemplo possível, dentre os diversos apresentados pela Sociobiologia, é o pensamento segundo o qual as mulheres gostam mais de crianças do que os homens como decorrência de uma resposta evolucionária: mulheres tradicionalmente permanecem em maior contato com crianças por serem produtoras de leite, por sua vez, os homens, enquanto responsáveis por atividades em âmbito público, vão em sentido oposto a este comportamento, percebido como característica feminina justificada pelo conceito de instinto maternal:

Talvez as diferenças sexuais de comportamento em nossa sociedade de hoje não sejam um logro desleal; talvez sejam vestígios de um tempo (um longo tempo) em que aquelas diferenças eram importantes. Talvez cada sexo tenha desenvolvido seu papel distinto de modo a cumprir melhor o Imperativo Reprodutivo (WALLACE, 1985, p.100).

Dessa forma, difunde-se a noção de que os papéis de gênero são decorrentes de diferenças anatômicas e da fisiologia reprodutiva, perpassando pela questão genética, algo questionável segundo Elizabeth Badinter (1985). Tais concepções desencadeiam os estereótipos de gênero e culminam em uma especificação dos papéis sociais levando ao sexismo, ideário que promove a discriminação de indivíduos com base no sexo ao qual pertencem, estabelecendo padrões comportamentais estigmatizados, pretensamente fundamentados na Biologia. Considerando o processo evolucionário e os aspectos genéticos, os sociobiólogos atestam que, comportamentos combativos e enérgicos estarão relacionados ao sexo masculino, enquanto posturas retraídas e ternas estariam ligadas ao sexo feminino, sugerindo ainda habilidades específicas para homens e mulheres, pois [...] os sociobiólogos acreditavam haver dois tipos de temperamento associáveis aos dois sexos: as mulheres seriam passivas e menos agressivas do que



os homens por uma questão física, o que explicaria a denominada 'dominação masculina universal' (SILVA, 1993, p. 44).

A mesma lógica é válida no que concerne à sexualidade. De acordo com os sociobiólogos a escolha de parceiros implica na escolha de bons genes que garantam o êxito reprodutivo. As proposições afirmam que as mulheres precisam ser seletivas em seus relacionamentos, o que justificaria uma postura mais recatada e uma liberdade sexual reduzida:

Devemos acreditar que mulheres estão, de fato, menos interessadas em sexo do que homens? Arcaico. Contudo, para a maioria das mulheres talvez seja verdade. Elas talvez realmente estejam menos interessadas em sexo [...]. A razão é que elas precisam ser mais discriminadoras. Considere o que aconteceria se não fossem. Uma mulher não discriminadora poderia acabar tendo o filho de um macho claramente inferior (WALLACE, 1985, p. 89).

Ainda no que se refere à escolha de parceiros sexuais, a Sociobiologia cria dois modelos explicativos para a diferenciação dos gêneros, quais sejam, a mulher que não pensa em sexo e o macho representado como reprodutor. Conforme o imperativo reprodutivo o mais interessante do ponto de vista genético é reproduzir ao máximo possível. O cuidado com a prole poderia representar perda de tempo. A mulher, a fim de garantir que poderá contar com seu parceiro no cuidado dos filhos desempenha o papel de *falsa tímida* durante o processo de conquista, não aceitando de forma imediata o homem a fim de avaliar o grau de sua paciência e verificar se o mesmo é o macho ideal (SILVA, 1993). Conforme os sociobiólogos, o machismo, em certa medida, é necessário para que as mulheres percebam as qualidades masculinas:

Portanto, se mulheres estão avaliando homens e sendo cuidadosas na escolha daqueles com os quais copularão, que devem os homens fazer? Anunciar. Cada macho é sobrecarregado com o peso de tentar mostrar que é melhor espécie do que seus competidores. E qual é o resultado? Machismo (...) (WALLACE, 1985, p. 102).

O processo propulsionaria relações desiguais entre homens e mulheres. A dominação masculina e a conseqüente submissão feminina são percebidos pela Sociobiologia como resultantes de fatores genéticos e evolucionários, ou seja, marcados por pressões biológicas e naturais. Ademais, a conjuntura de desigualdade nas relações de gênero é entendida como necessária para a pacificação das relações entre homens e mulheres e para a efetivação do imperativo reprodutivo:



Qualquer tentativa de mudar de posição tem probabilidade de causar rompimento. É importante para qualquer animal social reconhecer sua posição. Ele cede diante de animais mais dominadores e, com isso, evita uma surra [...]. As tentativas que eu observei de manter a igualdade em casais humanos não foram muito confortáveis ou bem sucedidas [...]. animais sociais e efetivamente reduzem agressão entre os indivíduos envolvidos [...]. Estamos falando aqui do que podemos esperar baseados no que sabemos a respeito de sistemas sociais, e estamos falando do que contribuiu entre nossos ancestrais para assegurar a harmonia e aumentar a reprodução dentro do grupo (WALLACE, 1985, pp. 112-113).

A Sociobiologia, tomando como pressuposto o imperativo reprodutivo, classifica alguns comportamentos como inadequados, dentre os quais se pode mencionar homossexualidade, masturbação e relações não monogâmicas para as mulheres. Quer dizer, tais comportamentos fogem da normalidade, conforme a disciplina, ao impedir a reprodução eficaz (WALLACE, 1985). No caso específico da homossexualidade, a Sociobiologia busca explicá-la pela genética e pelo conceito de manipulação parental. De acordo com este pensamento, alguns indivíduos podem ser geneticamente propensos à homossexualidade e podem sofrer também com o processo de manipulação parental, forma de comportamento altruístico anteriormente explicado.

Conforme os pesquisadores explicitados, os genes homossexuais podem diminuir a aptidão reprodutiva pessoal, porém, permitem o sujeito a ajudar parentes mais próximos a sobreviverem e reproduzirem, visto que não tem a obrigação de cuidar da prole. Ou seja, em um primeiro momento, a homossexualidade é algo negativo, iria contra o imperativo reprodutivo. Contudo, o homossexual, livre das obrigações de cuidar de filhos próprios, poderia colaborar no cuidado de membros da família, desse modo, estaria favorecendo a preservação de indivíduo que tenham o mesmo material genético que o seu. Sob esta perspectiva, a homossexualidade, percebida de modo negativo, pode reverter tal quadro se uma postura altruística for adotada. (RUSE, 1983).

Dessa forma, a homossexualidade representa uma ruptura com os papéis de gênero e sexualidade que a Sociobiologia visa difundir, uma vez que transgride normatizações e postula a congruência entre sexo biológico, sentimento subjetivo de gênero e padrões heteronormativos. A homossexualidade torna menos rígidos os significados atribuídos ao homem e a mulher, interferindo em questões como as da reprodução compulsória. Diante do exposto, verifica-se que a Sociobiologia postula para as questões de gênero e sexualidade, normatizações de cunho conservador, sugerindo a permanência de um *status quo* pautado nas desigualdades e hierarquias



fundadas no sexo biológico, disseminando padrões de masculinidade e feminilidade fixos e não intercambiáveis como heteronormatividade, monogamia e ideia de família burguesa.

As controversas postulações sociobiológicas desencadearam um intenso debate acadêmico, que suscitou diversas críticas a esta disciplina. As principais ressalvas com relação à Sociobiologia advêm de pesquisadores oriundos do campo das ciências humanas e sociais, em especial, do Grupo de Estudos Sociológicos da Ciência Para o Povo², da Universidade de Cambridge.

Os opositores da ciência sociobiológica salientam o caráter reacionário e as tendências direitistas da mesma, afirmando haver um discurso em favor da manutenção do racismo e sexismo aliado ao capitalismo, estabelecendo limitações para o comportamento/personalidade das pessoas. Em sua argumentação, os críticos destacam a tradição do determinismo biológico sustentado pela Sociobiologia, que desconsidera os processos e conjunturas histórico-culturais nas análises de fatores sociais e reduz a complexidade humana aos aspectos genéticos:

[...] Pode-se concordar com que a Sociobiologia não seja realmente racista; entretanto, é fácil observar que politicamente, existe algo nela bastante suspeito. Apesar de não defender ideias radicais, a Sociobiologia apoia injustificadamente algumas ideias políticas espúrias que remontam à época do Homem Neandertal. Em particular, essa ciência não passa de um darwinismo social radical em nova roupagem. Os sociobiólogos podem não citar abertamente John D. Rockefeller, segundo quem luta pela sobrevivência aprova o capitalismo moderno, mas sua mensagem é essencialmente a mesma. Eles podem não defender o racismo, mas endossam um sistema de livre-iniciativa extremamente conservador (RUSE, 1983, p.93).

No que se refere especificamente às questões de gênero e sexualidade é possível afirmar que a Sociobiologia acaba por ser uma disciplina discriminatória e preconceituosa. Os defensores e adeptos das propostas sociobiológicas afirmam que humanos não são livres da influência genética e que, portanto, não seria possível perceber na literatura desta ciência doutrinas sociais excludentes, apesar de seus autores, por vezes, se expressarem de maneira inadequada. Quanto à questão do sexismo, argumenta-se que a Sociobiologia apenas descreve as diferenças entre homens e mulheres, que se configurariam como reflexo de bases biológicas, atestando que características e comportamentos rústicos, agressivos, competitivos, racionais e frios sejam associados ao masculino, enquanto a delicadeza, a sentimentalidade e a fraqueza são próprias do feminino. Estas assertivas, conforme

² Organização esquerdista que surgiu em 1970 nos EUA composta por professores, estudantes, trabalhadores e outros cidadãos, que buscavam refletir, analisar e criticar o que consideravam um mau uso da ciência, ou uma pseudociência (RUSE, 1983).



a Sociobiologia, seriam apenas constatações e não postulações sexistas (RUSE, 1983).

O que se busca questionar, porém, não é exatamente se a questão genética é ou não decisiva para a formação das identidades de gênero, mas analisar como os discursos que estabelecem tal afirmativa podem desencadear noções enviesadas e tendenciosas, que se articulam à construção das relações de poder e dominação como permite considerar as fontes consultadas:

[...] Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que- isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 2012, pp. 9-10).

O problema não se localiza no fato da Sociobiologia descrever diferenças biológicas entre os sexos, uma vez que estas de fato existem. O cerne da questão se localiza na mesma sugerir hierarquias e justificar desigualdades sociais a partir de elementos naturais. A Sociobiologia retoma determinações naturais cerceando comportamentos e sentimentos de homens e mulheres e legitima a dominação sexual em favor da permanência de mentalidades conservadoras.

Assim, a identidade dos sujeitos culmina por ser limitada e hermeticamente definida, quando na verdade, expressa um movimento dialógico entre cultural e natural, caracterizando-se pela pluralidade de possibilidades de identificação, pela mobilidade e intercambialidade entre masculino e feminino. Desse modo, o discurso sociobiológico transforma identidades em categorias vedadas e impenetráveis, desconsiderando a interdependência entre os conceitos de homem e mulher, opondo-os em estruturas binárias rigidamente construídas.

Identidade e alteridade

De acordo com as ciências humanas e sociais, a construção da noção de identidade e alteridade, entre o *eu* e o *outro*, é marcada pelo signo das representações, simbologias, subjetividades, sentimentos e outras construções históricas. Enquanto elementos contextuais, homens e mulheres se articulam em categorias diversas, dentre as quais é possível mencionar sexualidade, raça/etnia e gênero. Percebidos como inter-relacionais e dependentes, tais categorias são



concebidas em suas especificidades temporais, alinhadas a intencionalidades específicas que atravessam matrizes discursivas como a ciência.

Considerando o caráter histórico do conceito identidade, diferentes concepções emergem acerca do mesmo, uma vez que cada período da humanidade expressa de maneira singular suas subjetividades, símbolos e representações. Stuart Hall (2006) evidencia três diferentes noções de identidade, salientando os aspectos que as fundamentam. A primeira delas é a aceção de sujeito do Iluminismo, caracterizado por sua centralidade, racionalidade e individualidade. O sujeito iluminista expressa uma identidade coesa e unificada, tomando o masculino como medida de todas as coisas. Esta noção se embasa na contribuição cartesiana acerca do sujeito racional e das ideias de identidades fixas. A segunda aceção apresentada por Hall é a do sujeito sociológico que emana, ante o processo de modernização e coletivização das sociabilidades, integrando os mundos pessoal/público, interior/exterior, implicando em uma maior conexão entre estes diferentes âmbitos em decorrência de novas formas de vida, marcadas pela ascensão do capitalismo, que por sua vez, desencadeia a formulação de novas identidades. Estas localizam-se no interior das estruturas da sociedade moderna e caracterizam-se por sua interatividade não uniformizadora. Trata-se, pois, do *eu* em diálogo com o mundo exterior e as diferentes identidades que o compõem. Por fim, a terceira concepção, do sujeito pós-moderno, marcado pela noção de identidade móvel, não fixa ou unificada. Ou seja, trata-se do eu não coerente, das identidades contraditórias e múltiplas, que dão margem a uma maior possibilidade de identificação.

Uma série de fatores socioculturais desencadeia a transição para o sujeito pós-moderno, a saber: 1) o pensamento marxista, que por meio da ideia de ação humana sob as determinações de processos sociais e econômicos desloca a percepção do individual; 2) pensamento freudiano, que diante da descoberta do inconsciente e dos processos psíquicos simbólicos contrariam a racionalidade do sujeito fixo e unificado; 3) a linguística estrutural de Ferdinand Saussure, que entende a língua como um sistema social de significados culturais, concebendo a constituição da identidade e alteridade como um processo discursivo, pautado na relação de similaridade e diferença enquanto elementos interdependentes; 4) o pensamento foucaultiano, que evidencia o poder disciplinar, o controle do indivíduo e do corpo via instituições (escolas, hospitais, quartéis, prisões, clínicas); 5) o pensamento feminista, enquanto crítica teórica e movimento social, que questiona o sujeito cartesiano e sociológico, repensando as esferas público e privada, politizando



a família, sexualidade, divisão do trabalho e as subjetividades, em oposição aos universalismos (HALL, 2006).

A reflexão proposta por Hall sublinha o caráter temporal e contextual das noções de identidade, que refletem os movimentos de cada período histórico. Os conceitos de igual/diferente, desvio/norma e identidade/alteridade adquirem diferentes sentidos ao longo dos tempos. Discursos como os da Sociobiologia exercem influência sobre a construção as noções de identidade e diferença atuando em consonância com as demandas do vivido e grupo que as suscitam. Com a ideia de identidades contextuais, pensando agora de forma mais restrita as questões de gênero e sexualidade, a história evidencia o modelo de sexo único proposto por Galeno, predominante desde a Antiguidade Clássica até o século XVIII, segundo o qual as mulheres seriam homens invertidos, portanto, menos perfeitos:

De fato, argumentava Galeno 'não se encontraria uma parte masculina que não tivesse simplesmente mudado de posição'. Em vez de serem divididos por suas anatomias reprodutivas, os sexos eram ligados por um sexo comum. As mulheres, em outras palavras, são homens invertidos, logo, menos perfeitas. Têm exatamente os mesmo órgãos, mas em lugares exatamente errados [...] (LAQUEUR, 2001, p. 42).

Tratava-se de um modelo pautado em isomorfismos, na ideia de correspondência biológica, propondo apenas um sexo, que desempenharia papéis diversos, conforme as demandas da cultura. Havia apenas um sexo e vários gêneros adaptáveis, sendo que as oposições como homem/mulher, masculino/feminino não eram inerentes a este sexo único, mas sim, provenientes de interpretações externas. Esta matriz articula sexo a poder, uma vez que o padrão do corpo humano e suas representações tomam como modelo o corpo masculino:

[...] Ser homem ou mulher era manter uma posição social, um lugar na sociedade, assumir um papel cultural, não ser organicamente um ou outro de dois sexos incomensuráveis. Em outras palavras, o sexo antes do XVII era ainda uma categoria sociológica e não ontológica (LAQUEUR, 2001, p.19).

Todavia, os estudos anatômicos suscitaram críticas ao modelo de sexo único, dentre estes, o proposto em 1559 com a descoberta do clitóris pelo médico e professor de anatomia Ronaldus Colombo (1510-1559). Tal conhecimento poderia colocar em dúvida a ideia de isomorfismo, que relaciona o canal vaginal ao pênis. No entanto, as críticas foram superadas, mantendo o modelo de sexo único, que se volta ao homem como norma, negando cientificamente a existência de mulheres em um sentido biológico – o que revela intencionalidades de cunho político (LAQUEUR, 2001). Contudo, no século XIX, o modelo de dois sexos começa a ganhar maior



expressividade, o que se deve não apenas a um maior conhecimento científico, mas prioritariamente a novas circunstâncias políticas e relações de poder:

Mas o contexto para a articulação de dois sexos incomensuráveis não era nem uma teoria do conhecimento nem avanços no conhecimento científico. O contexto era político. Havia intermináveis lutas pelo poder e posição na esfera pública, altamente ampliada do século XVIII, e em especial no século XIX pós-revolucionário: entre homens e mulheres, entre feministas e antifeministas. Quando, por várias razões, a ordem transcendental preexistente ou os costumes de tempos imemoriais tornaram-se cada vez menos uma justificativa plausível para as relações sociais, o campo de batalha do gênero mudou para a natureza, para o sexo biológico. A anatomia sexual distinta era citada para apoiar ou negar todas as formas de reivindicações em uma variedade de contextos sociais, econômicos, políticos, culturais ou eróticos [...] (LAQUEUR, 2001, p. 192).

A partir de então, há uma maior preocupação com relação ao estudo anatômico feminino, além de serem pensadas nomenclaturas para órgãos masculinos e femininos a fim de se desencadear distinções em termos linguísticos, de modo que órgãos que tinham nomes associativos, como ovário e testículos, passam a ser diferenciados por meio da própria língua, e palavras modernas, como vagina, útero, vulva e clitóris, não existentes na Renascença. Tais especificidades linguísticas surgem como marca de uma visão opositora entre o masculino e o feminino (LAQUEUR, 2001).

Deve-se ressaltar, contudo, como permite considerar a bibliografia consultada, que o modelo de dois sexos não significou extinção do antigo modelo. Esses coexistem e interpretações propostas por cada um deles se destacam conforme as necessidades contextuais. Diante disso, os significados acerca do que consiste em ser homem ou ser mulher são passíveis de alterações ao longo dos tempos, uma vez que estas surgem sob influência de uma temporalidade determinada, logo, historicamente constituída:

O sexo, como o ser humano, é contextual. As tentativas de isolá-lo de seu meio discursivo e determinado socialmente são tão fadadas ao erro como a busca do *philosophe* por uma criança verdadeiramente selvagem ou esforços do antropólogo moderno para filtrar o cultural e deixar um resíduo de humanidade essencial. E acrescentaria ainda que o corpo privado, incluso, estável, que parece existir na base das noções modernas de diferença sexual, é também produto de momentos específicos, históricos e culturais. Ele também, como os sexos opostos, entra e sai de foco (LAQUEUR, 2001, p. 27).

Doravante se introduz então a marca da diferença sexual. Desse modo, além de refletir acerca de processos que desencadeiam as concepções de identidade, pensando como os discursos que as produzem se articulam às



demandas políticas, sociais e culturais de determinados grupos, é necessário analisar como as identidades se relacionam com as alteridades, com o diferente, e como este é percebido pelo mesmo jogo discursivo que promove os modelos identitários.

O modelo pós-estruturalista contribui para a reflexão acerca das identidades e alteridades, visto que as consideram como construções sócio-linguísticas. Isso é, a língua, culturalmente determinada, estabelece significantes que adquirem sentido através das oposições e contrastes. Sendo assim, a identidade se define em função das diferenças existentes no interior do sistema linguístico, visto que seus significados se relacionam de modo contrastante sendo, portanto, interdependentes. Ou seja, os significados são construídos dentro da linguagem por intermédio de um processo de diferenciação por oposição: homem-mulher, homossexual-heterossexual, normal-anormal (PINSKY, 2009).

Concebe-se desta maneira, a linguagem não apenas como ideias sobre determinado tema, mas como a própria forma de representação e organização do mundo. Pensando as identidades, cabe dizer que a construção do eu implica na negação ou repressão de sua antítese, o outro, reprimindo as contradições e pluralismos existentes dentro de cada categoria, tornando-as estanques, escamoteando a interdependência dos termos. Diante disso, desencadeiam-se as hierarquias, uma vez que se estabelece um termo dominante e prioritário e outro subordinado e secundário (PINSKY, 2009).

Considerações finais

Identificar os limites entre natural e cultural propostos pelas ciências humanas e sociais em relação às ciências biológicas no que se refere ao processo de constituição identitária consiste em reconhecer o tema como campo de disputas políticas. A Sociobiologia, tal como demais matrizes discursivas científicas, religiosas ou pedagógicas, se insere neste processo de competição, que visa cercear a expressão, regulando e delimitando as possibilidades de ação de homens e mulheres. A disciplina retoma determinismos biológicos para naturalizar comportamentos sociais, considerando como equívocos da natureza qualquer transgressão à norma. Seguindo tais premissas, a ciência sociobiológica pensa o feminino de modo subalterno, desencadeando o que pode ser percebido como uma violência simbólica.

As concepções Sociobiológicas essencializam as identidades ao recair em determinismos biológicos na medida em que desconsidera o caráter múltiplo, plural e móvel que se conjugam no processo de formação das identidades, tornando-as



diversas e não estritamente definidas, ou definidas por aspectos exclusivamente biológicos, reprodutivos. Isto posto, natural e cultural não devem ser percebidos como campos opostos, mas como elementos que se relacionam. Considerar sexismo e machismo como reflexo da genética e do processo evolucionário se configura como uma interpretação enviesada, visto que tais questões perpassam por aspectos de cunho social e remetem às construções de poder. Do mesmo modo, associar a homossexualidade a padrões anormais, mesmo que apenas do ponto de vista genético, dá margem para a articulação de discursos discriminatórios. Diante disso, a Sociobiologia se configura como um discurso que, ancorado por sua autoridade científica, promove influências na formulação dos padrões de gênero e sexualidade, cerceando o corpo e comportamento dos indivíduos, controlando-os. A disciplina, desse modo, se articula ao binômio saber-poder, uma vez que conhecimentos científicos desencadeiam um domínio/autoridade sobre a construção das identidades, regulando-as.

Referências

BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. In: **Cadernos Pagu**, São Paulo, n.17-18, p. 9-79, 2001.

_____. **Sex / Gender: biology in a social world**. Lillington, Carolina do Norte: Routledge, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio De Janeiro: DP&A, 2006.

HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HOBBSAWN, Eric. Revolução Cultural. In: HOBBSAWN, Eric. **Era dos Extremos: O Breve Século XX – 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 314-336.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo. Corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.



NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. In: **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

PETERS, Michael. **Pós Estruturalismo e Filosofia da diferença. Uma introdução**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PINSKY, Carla. Estudos de Gênero e História Social. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(1) 296, 159-189, janeiro-abril. 2009.

RAMOS, Conceição Maria; LENCASTRE, Marina Prieto Afonso. O feminino e o masculino na etologia, sociobiologia e psicologia evolutiva: revisão de alguns conceitos. In: **Psicologia**, Lisboa: Vol. XXVII (2), 33-61. 2013.

RUSE, Michael. **Sociobiologia: Senso ou contra-senso?** São Paulo: Edusp, 1983.

SCOTT, Joan. A Evidência da Experiência. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Orgs). **Falas de Gênero**. Santa Catarina: Ed. Mulheres, 1999.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação & realidade**, Porto Alegre 20 (2), 71-99, julho-dezembro. 1995.

_____. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.) **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992. 63-95.

_____. O Enigma da Igualdade. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(1) 216, 11-30, janeiro-abril. 2005.

SILVA; Gláucia Oliveira da. **O que é sociobiologia?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

SOIHET, Rachel. Violência Simbólica - Saberes masculinos e representações femininas. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.5, nº 1, 07-29. 1997.

WALLACE, Robert Ardell. **Sociobiologia: O Fator Genético**. São Paulo: Ibrasa, 1985.

WILSON, Edward Osborne. Sexo. In: WILSON, Edward Osborne. **Da natureza humana**. São Paulo: Edusp, 1981.121-148.